



PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA/SP
Concurso Público – Edital nº 01/2018

PROCURADOR JURÍDICO

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA

- **DURAÇÃO DA PROVA:**
 - Tempo máximo: **3 horas**, incluso tempo para preenchimento da folha de respostas.
 - Tempo mínimo de permanência na sala: **30 minutos**.

- **CADERNO DE QUESTÕES:**
 - Este caderno é composto de **40 questões** objetivas de múltipla escolha.
 - Confira se o seu caderno possui todas as páginas e se os textos, gráficos e/ou imagens estão plenamente legíveis. Caso haja algum problema com seu caderno, comunique imediatamente ao fiscal da sala.
 - Utilize o Caderno de Questões como rascunho, transferindo as alternativas assinaladas para a Folha de Respostas.
 - O candidato poderá levar o caderno de questões após transcorridas 2 horas do início da prova.

- **FOLHA DE RESPOSTAS:**
 - **Leia atentamente as instruções constantes em sua Folha de Respostas.**
 - Utilize somente caneta esferográfica azul ou preta para preencher sua Folha de Respostas.
 - **NÃO HAVERÁ TROCA DA FOLHA DE RESPOSTAS**, portanto, tenha muita atenção ao assinalar a alternativa escolhida.
 - Assinale **apenas UMA** alternativa para cada questão.
 - Serão consideradas **incorretas** as questões **com dupla marcação** ou **com rasuras**.
 - O campo da alternativa escolhida deverá ser preenchido por inteiro, conforme instrução constante na própria Folha de Respostas.
 - Não esqueça de assinar a sua folha de respostas personalizada e devolvê-la ao fiscal.

Qualquer intercorrência, comunique ao fiscal responsável pela aplicação da prova.

Divulgação de Gabarito:

- A partir de 05/11/2018 no site www.rboconcursos.com.br e www.jacupiranga.sp.gov.br

----- *Caso permaneça na sala de prova por menos de 2 horas, destaque aqui e leve a parte inferior* -----

(ATENÇÃO) Anotação das alternativas assinaladas pelo candidato para posterior conferência.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

INSTITUTIONAL BUREAU OF INVESTIGATION OF
THE FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION

PROCURADOR JURIDICO

PROCURADOR GENERAL DE LA REPUBLICA

PROCURADOR GENERAL

PROCURADOR GENERAL DE LA REPUBLICA

PROCURADOR GENERAL

PROCURADOR GENERAL DE LA REPUBLICA

PROCURADOR GENERAL

PROCURADOR GENERAL DE LA REPUBLICA

PROCURADOR GENERAL DE LA REPUBLICA

PROCURADOR GENERAL DE LA REPUBLICA

PROCURADOR GENERAL

PROCURADOR GENERAL DE LA REPUBLICA

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo para responder às questões de 1 a 3.

O poder do saber e pilares da educação

Afinal de contas, para que serve o conhecimento?

Há três autores que produziram reflexões bastante significativas, a partir das quais podemos compreender melhor o tema do conhecimento.

O primeiro deles é o italiano Umberto Eco, que escreveu *Obra aberta*, um clássico na área da Semiótica, que aborda a importância de entender o texto como uma obra aberta. Assim como o conhecimento e a vida.

Essa noção é importante, pois estabelece a natureza da nossa relação com o conhecimento e suas nuances. O gênio, por exemplo, não é aquele que já sabe. Gênio é aquele que sabe que não sabe tudo e continua procurando saber. Gênio não é aquele que nasce dessa forma, é aquele que se faz. O gênio não desiste de conhecer. Cuidado com gente que acha que já sabe, que acha que já conhece. Cuidado com gente que acha que o conhecimento é algo a ser concluído. Gente grande de verdade cresce sabendo que não é grande ainda, mas que está em desenvolvimento contínuo.

O segundo autor que vale a pena ser mencionado é Francis Bacon, um grande filósofo e cientista, “inventor” do método científico moderno. Foi ele quem propôs que o método científico devesse ter os seguintes passos: observação, problematização, hipótese, prova, contraprova, teoria e lei. Ele é o pai do empirismo moderno do século XVI. Uma das obras clássicas de Bacon é *Novum organum*, uma proposta de metodologia do conhecimento feita para atualizar um texto de Aristóteles, produzido no século IV a.C., chamado *Organum*. *Organum*, que deu na palavra “órgão” em português, no grego antigo quer dizer “ferramenta”. Por isso, “órgão” é uma “ferramenta de vida” e “organum” é uma ferramenta de raciocínio. Francis Bacon é autor da famosa frase: “saber é poder”. Nós, de vários modos – como estudantes, como profissionais, como pessoas que lidamos com informação – temos um poder. E o que fazemos com o poder do saber? Como ele se conecta com a vida? No fundo, a grande questão é trabalhar uma percepção daquilo que os latinos chamavam de opera. A sua obra, aquilo que você produz, o seu legado.

Como lidar com o conhecimento? Ele serve para quê? Qual é o poder do saber? Muitos esquecem que a finalidade do poder é servir. Servir à vida, a uma comunidade, às pessoas. Todo poder que, em vez de servir aos outros, serve a si mesmo, esse é um poder que não serve. O poder da informação, o poder da ciência, o poder da arte é servir. O que fazemos com o poder do

nosso saber? Nós o repartimos, partilhamos, o usamos para crescer? Ou eventualmente o usamos para dominar? Para tornar o outro ser humano menor? Para diminuir a vida? Conhecimento, e dentro dele a informação, tem a finalidade de servir à vida. Mas à vida de quem? À vida de todas e todos. À vida coletiva.

Numa sociedade como a nossa, em que há uma indignação muito grande, ser escolarizado já representa um poder imenso. Saber caminhar em meio às estantes da biblioteca, saber assistir criticamente a um telejornal é um poder – quando lembramos o que significa esse poder nosso cotidiano, na nossa vida.

A terceira citação é Clarice Lispector, escritora ucraniana que viveu no nosso país. Ela tem uma frase magnífica que, sintetizada, dizia: “o melhor de mim é aquilo que não sei”, ou, no escrito dela, “aquilo que desconheço é minha melhor parte”. Porque aquilo que já sei é mera repetição, mas aquilo que não sei é o que me renova, o que me faz crescer. O conhecimento é algo que me reinventa, recria, renova.

Por isso, é preciso ter humildade para que possamos aprender a fazer melhor aquilo que fazemos. Para que aquilo que realizamos sirva para a vida em abundância. Você não precisa deixar o lugar em que está para fazer melhor. É fazer melhor onde você está.

Conhecemos a vida. Conhecimento e informação para quê? Para fazer crescer a vida. E o conhecimento é um poder. Mas um poder que sirva a quê? Que sirva à capacidade de fazer com que a vida se eleve.

(Mário Sergio Cortella. In: Educação, Escola e Docência: novos tempos, novas atitudes. pp. 45-47).

1. De acordo com o texto, analise as assertivas abaixo.
 - I. Segundo o autor, a obra de Umberto Eco faz uma comparação da vida e do conhecimento com o texto, dando a entender que, assim como aqueles, este deve ser interpretado como algo mutável.
 - II. Para o autor, o poder é, muitas vezes, utilizado de forma equivocada, pois não é usado como deveria e, sim, em proveito próprio.
 - III. De acordo com o autor, deve-se partilhar o conhecimento e, para isso, é necessário sair da inércia e usar a imponência para levar o verdadeiro conhecimento às pessoas.
- É correto o que se afirma em
- (A) I e II, apenas.
 - (B) I e III, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I, II e III.

2. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa quanto aos sinônimos, assinale a alternativa que apresenta um sinônimo da palavra destacada: "Numa sociedade como a nossa, em que há uma **indigência** muito grande, ser escolarizado já representa um poder imenso".

- (A) Rijeza.
- (B) Complacência.
- (C) Escassez.
- (D) Intransigência.

3. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa quanto aos antônimos, assinale a alternativa que apresenta um antônimo da palavra destacada: "Para que aquilo que realizamos sirva para a vida em **abundância**".

- (A) Profusão.
- (B) Mendicidade.
- (C) Afluência.
- (D) Abastança.

4. De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa quanto às regras de hifenização, assinale a alternativa em que todas as palavras estejam corretamente grafadas.

- (A) O clima de determinadas regiões varia do semi-árido ao sub-úmido.
- (B) É necessário detectar os transtornos de conduta que levam a um comportamento anti-social.
- (C) É proibida uma re-edição, na mesma reunião, de uma pauta rejeitada pelo conselho.
- (D) É do conhecimento da maioria que os movimentos de sem-terra não são os responsáveis pela violência rural.

5. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa em relação à conjugação, assinale a alternativa correta.

- (A) Requiri, desde já, que seja feita uma acareação.
- (B) O advogado requereu uma acareação.
- (C) Requeriria que fosse feita uma acareação.
- (D) Espero que requira uma acareação.

6. Com relação às concordâncias verbal e nominal, analise as frases abaixo.

- I. Só me resta as lembranças.
- II. Espero que não haja empecilhos a sua viagem.
- III. As novas pastas foram incluso no arquivo.
- IV. Ao espetáculo, foram menos pessoas do que o previsto.

É correto o que está contido em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) II, III e IV.

7. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa com relação à colocação pronominal, analise as frases abaixo.

- I. Comprarei-te um presente amanhã.
- II. Não dar-te-ei nenhuma dica.
- III. Aquilo me deixou muito triste.

É correto o que está contido, apenas, em

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.

8. Analise a frase abaixo.

Tratores, animais, casas e plantações, tudo foi soterrado pela avalanche.

Assinale a alternativa que apresenta o aposto da frase.

- (A) Tratores, animais, casas e plantações.
- (B) Tudo.
- (C) Soterrado.
- (D) Pela avalanche.

9. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa quanto a ocorrência de crase, assinale a alternativa correta.

- (A) A festa foi marcada para às 22 horas.
- (B) Jorge foi se acalmando à medida em que o tempo foi passando.
- (C) Helena estava disposta à aceitar as reivindicações do patrão.
- (D) Quando o alarme soou, todos saíram às pressas.

10. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa quanto a regência verbal, analise as assertivas abaixo.

- I. A frase "O boiadeiro desenlaçou o touro" está correta, pois o verbo desenlaçar é transitivo direto, nesse caso.
- II. A frase "O trapezista desequilibrou e caiu" está correta, pois o verbo "desequilibrar é transitivo direto e não exige preposição.
- III. A frase "Marcos confabulou a Júnior o caso de João" está correta, pois o verbo confabular é transitivo indireto, e é regido pela preposição "a".

É correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. Acerca dos Atos Administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) A nulidade absoluta de um ato deve ser decretada de ofício pelo juiz, de ofício ou mediante provocação de qualquer interessado, inclusive o Ministério Público.
- (B) No Direito Administrativo, os atos ditos nulos podem ser sanados.
- (C) A convalidação de um ato administrativo gera efeitos retroativos à data em que esse foi praticado.
- (D) A convalidação de um ato administrativo é medida sempre vinculada.

12. Com relação à Administração Pública Indireta, assinale a alternativa correta.

- (A) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- (B) As fundações são pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- (C) As autarquias podem ser extintas com fundamento na vontade da própria instituição.
- (D) O que distingue as pessoas jurídicas privadas das públicas, sendo ambas entidades da Administração Indireta, é que as primeiras são criadas pela iniciativa privada, e as últimas são criadas por lei.

<p>13. Com relação ao processo licitatório, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Os avisos contendo os resumos dos editais dos concursos deverão ser publicados com antecedência de, no mínimo, quarenta e cinco dias.</p> <p>(B) As licitações serão sempre efetuadas no local onde se situar a repartição interessada.</p> <p>(C) De acordo com a definição legal, Concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.</p> <p>(D) É permitida a combinação das modalidades de licitação referidas na Lei nº 8.666 de 1993 quando conveniente à Administração.</p>	<p>17. Acerca da intervenção dos municípios, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Constitui hipótese para a sua incidência a falta injustificada de pagamento da dívida fundada por 12 meses consecutivos.</p> <p>(B) A decretação e execução da intervenção estadual no município é de competência exclusiva do Governador do Estado.</p> <p>(C) O decreto de intervenção indicará obrigatoriamente a amplitude, o prazo, as condições da execução e o nome e qualificação do interventor.</p> <p>(D) O decreto de intervenção deverá ser submetido à apreciação da Assembleia Legislativa no prazo de 5 dias úteis, e, no caso de não estar funcionando, haverá convocação extraordinária também no prazo de 5 dias.</p>
<p>14. Com relação aos servidores públicos, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Em sentido amplo, são as pessoas físicas e jurídicas que prestam serviços ao Estado e às entidades da Administração Indireta, mediante remuneração paga pelos cofres públicos.</p> <p>(B) Não são classificados como servidor público, para os efeitos legais, os servidores temporários.</p> <p>(C) Não há a possibilidade de modificação de normas vigentes do regime estatutário de servidores públicos por meio de contrato, ainda que com a concordância da Administração e do servidor.</p> <p>(D) Aos trabalhadores contratados sob regime da legislação trabalhista, não se aplicam as normas constitucionais referentes a requisitos para investidura, acumulação de cargos, vencimentos, entre outras.</p>	<p>18. No que tange à Ação Popular, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) A legitimidade ativa para a sua propositura está definida em rol taxativo na Constituição Federal.</p> <p>(B) Tem por escopo a proteção de interesses difusos.</p> <p>(C) A defesa da moralidade administrativa não pode por si só servir de fundamento para a propositura da ação popular.</p> <p>(D) O juiz poderá, mediante justa motivação, conceder a gratuidade da Justiça ao autor da ação popular.</p>
<p>15. Acerca do Controle de Constitucionalidade, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Só se admite o controle preventivo pelos poderes Legislativo e Executivo.</p> <p>(B) O Brasil adota o controle político, assim como Portugal e Espanha, em detrimento dos controles jurisdicional e misto.</p> <p>(C) O controle repressivo só pode ser exercido pelo Poder Judiciário.</p> <p>(D) No controle difuso feito pelos tribunais, a decisão produz efeitos retroativos entre as partes.</p>	<p>19. Com relação ao Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Os impostos terão sempre caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.</p> <p>(B) A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias decorrentes da iminência de guerra externa, entre outras coisas.</p> <p>(C) Sempre que possível, as taxas terão base de cálculo própria de impostos.</p> <p>(D) Compete concorrentemente à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas.</p>
<p>16. Leia o trecho abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.</p> <p>O art. 94 da CF/88 estabelece que um quinto dos lugares dos TRFs, dos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios será composto por membros do Ministério Público e por advogados com notório saber jurídico e reputação ilibada, com mais de ____ anos no exercício das suas respectivas funções. O órgão de representação das classes dos advogados e Ministério Público indicam ____ nomes que preencham os requisitos. Recebidas as indicações, o tribunal para o qual foram indicados forma uma lista com ____ nomes e, nos vinte dias subseqüentes, o Chefe do Poder Executivo escolherá, entre esses, um para nomeação.</p> <p>(A) 10 (dez)/ 6 (seis)/ 3(três)</p> <p>(B) 10 (dez)/ 8 (oito)/ 4 (quatro)</p> <p>(C) 15 (quinze)/ 6 (seis)/ 4 (quatro)</p> <p>(D) 15 (quinze)/ 8 (oito)/ 3 (três)</p>	<p>20. No que tange aos impostos de competência municipal, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes do anexo da Lei-Complementar nº 116 de 2003, desde que se constituam como atividade preponderante do prestador.</p> <p>(B) Não incide Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis <i>inter vivos</i> (ITBI) sobre aquisição de imóvel por arrematação em hasta pública.</p> <p>(C) Na determinação da base de cálculo do Imposto sobre Propriedade Predial ou Territorial Urbana, não se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, afomoseamento ou comodidade.</p> <p>(D) Incide Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre exportações de serviços para o exterior do País.</p>

21. De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- (A) A capacidade tributária passiva da pessoa jurídica depende de que esta esteja regularmente constituída.
- (B) A autoridade administrativa pode recusar o domicílio tributário eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, e considerar como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.
- (C) O lançamento para fins de constituição do crédito tributário reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente. Entretanto, não se aplica ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios.
- (D) A consignação em pagamento suspende a exigibilidade do crédito tributário.

22. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101 de 2000), assinale a alternativa correta.

- (A) Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício tributário da qual decorra renúncia de receita proceder em razão de medidas de compensação, no período legalmente estabelecido, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, o benefício só entrará em vigor quando implementadas tais medidas.
- (B) Até seis meses após a publicação do orçamento, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a obrigatória especificação, em separado das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.
- (C) Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos não integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites da dívida pública.
- (D) Enquanto perdurar o excesso da dívida consolidada reconduzido aos trimestres subsequentes, o ente que nele houver incorrido estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, exceto por antecipação de receita.

23. São elementos essenciais para a validade do ato jurídico, em termos gerais,

- (A) agente capaz e objeto lícito, somente.
- (B) agente capaz, objeto lícito, e forma prescrita ou não proibida na lei, somente.
- (C) agente capaz, objeto lícito, forma prescrita ou não proibida na lei, condição e termo, somente.
- (D) agente capaz, objeto lícito, forma prescrita ou não proibida na lei, condição, termo e encargo ou modo somente.

24. No tocante à ausência, de acordo com o que dispõe o Código Civil acerca dos direitos das pessoas, assinale a alternativa correta.

- (A) Desaparecendo uma pessoa do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens, o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer interessado ou do Ministério Público, declarará a ausência, e nomear-lhe-á curador.
- (B) Será declarada a ausência, e se nomeará curador, além dos demais casos, quando o ausente deixar mandatário que não queira ou não possa exercer ou continuar o mandato, ou se os seus poderes forem insuficientes.
- (C) O cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente, será o seu legítimo curador, mesmo que haja separação de fato por qualquer período antes da declaração da ausência.
- (D) Em falta do cônjuge, a curadoria dos bens do ausente incumbe aos descendentes ou aos pais, nesta ordem, não havendo impedimento que os iniba de exercer o cargo. Entre os descendentes, os mais próximos precedem os mais remotos.

25. São poderes inerentes à propriedade, de acordo com o Código Civil brasileiro, as faculdades/direitos de

- (A) usar a coisa, somente.
- (B) usar e gozar da coisa, somente.
- (C) usar, usufruir e dispor da coisa, somente.
- (D) usar, gozar, dispor ou reaver a coisa, somente.

26. Com relação à compensação, em estrito acordo com o Código Civil brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) A compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis e infungíveis.
- (B) Não haverá compensação quando as partes, por mútuo acordo, a excluírem. É vedada a renúncia prévia de compensação por qualquer uma delas.
- (C) As partes não se obrigam à dedução das despesas necessárias à operação quando as duas dívidas não são pagáveis no mesmo lugar.
- (D) Não se admite a compensação em prejuízo de direito de terceiro. O devedor que se torne credor do seu credor, depois de penhorado o crédito deste, não pode opor ao exequente a compensação, de que contra o próprio credor disporia.

27. Com relação à tutela provisória, em estrito acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência e na evidência, cumulativamente.
- (B) A tutela provisória requerida em caráter incidental está sujeita ao pagamento de custas.
- (C) Independentemente da reparação por dano processual, a parte responde pelo prejuízo de efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se a sentença lhe for desfavorável.
- (D) A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, entre outras hipóteses quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa somado ao manifesto propósito protelatório da parte.

<p>28. De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, no que tange à Função Jurisdicional, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que as partes, expressa ou tacitamente, se submeterem à jurisdição nacional.</p> <p>(B) Para postular em juízo é necessário ter interesse, legitimidade e capacidade civil plena.</p> <p>(C) A cooperação jurídica internacional terá por objeto, entre outros atos, a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.</p> <p>(D) O procedimento da carta rogatória perante o Superior Tribunal de Justiça é de jurisdição voluntária.</p>	<p>33. No que tange à teoria do crime, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Se o agente do crime de corrupção passiva vem a cometer suicídio em razão de ardil daquele que cometeu o crime de corrupção ativa, exclusivamente em relação a esses crimes, o agente que incorreu em corrupção ativa responderá, em tese, mesmo não tendo desejado a morte do primeiro, também pelo crime de homicídio com dolo eventual.</p> <p>(B) O servidor público atuante no Corpo de Bombeiros não responde por qualquer crime em razão de conduta omissiva no salvamento de vítima que veio a óbito, se tinha ele a intenção de se salvar de perigo hipotético, estando flagrante a legítima defesa.</p> <p>(C) Aquele que comete crime acreditando, justificado pelas circunstâncias, estar agindo em legítima defesa está isento de pena. O terceiro que provocou o erro, entretanto, responde pelo crime.</p> <p>(D) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será excluída.</p>
<p>29. O funcionário público que exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, estará cometendo crime de</p> <p>(A) corrupção passiva.</p> <p>(B) corrupção ativa.</p> <p>(C) concussão.</p> <p>(D) tráfico de influência.</p>	
<p>30. De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a ____ e inferior a ____ do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.</p> <p>Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas acima</p> <p>(A) 1% (um por cento)/ 5% (cinco por cento)</p> <p>(B) 1% (um por cento)/ 10% (dez por cento)</p> <p>(C) 2% (dois por cento)/ 15% (quinze por cento)</p> <p>(D) 5% (cinco por cento)/ 15% (quinze por cento)</p>	<p>34. Cometerá o crime de resistência o agente que</p> <p>(A) opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio.</p> <p>(B) desobedecer a ordem legal de funcionário público.</p> <p>(C) desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela.</p> <p>(D) usurpar o exercício de função pública.</p>
<p>31. Com relação à formação, à suspensão e à extinção do processo, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Considera-se proposta a ação quando a petição inicial for protocolada, todavia, produzindo, desde já, quanto ao réu, todos os efeitos processuais legais.</p> <p>(B) Verificada pelo juiz hipótese de decisão sem resolução de mérito, esse deverá, em respeito à economia processual, proferi-la de imediato, independentemente se sanável o vício que motivou a decisão.</p> <p>(C) A morte de uma das partes extingue o processo.</p> <p>(D) Suspende-se o processo, entre outras hipóteses, quando o advogado responsável pelo processo constituir o único patrono da causa e tornar-se pai.</p>	<p>35. Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito</p> <p>(A) doar à pessoa física ou jurídica bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades da Administração direta e indireta, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie.</p> <p>(B) realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.</p> <p>(C) transferir recurso a entidade privada, em razão da prestação de serviços na área de saúde sem a prévia celebração de contrato, convênio ou instrumento congêneres.</p> <p>(D) aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.</p>
<p>32. Com relação ao Recurso Extraordinário, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Será julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(B) Poderá ser feito em conjunto, numa mesma petição, com o Recurso Especial.</p> <p>(C) Será denegado, verificada a ocorrência de vício formal, independentemente da gravidade.</p> <p>(D) Da decisão que negar seguimento ao recurso que discuta questão constitucional à qual o órgão julgador de destino não tenha reconhecido a existência de repercussão geral caberá Agravo Interno.</p>	<p>36. De acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas, no tocante à remuneração do período de férias, quando o salário for pago por hora com jornadas variáveis, apurar-se-á</p> <p>(A) o maior salário nos últimos três meses antes da aquisição das férias, aplicando-se o valor do salário na data da concessão.</p> <p>(B) a média dos últimos 3 (três) meses antes da aquisição das férias, aplicando-se o valor da remuneração da tarefa na data da concessão.</p> <p>(C) a média do período aquisitivo, aplicando-se o valor do salário na data da concessão das férias.</p> <p>(D) a média percebida pelo empregado nos 12 (doze) meses que precederem à concessão das férias.</p>

37. No que tange às normas trabalhistas aplicadas ao trabalhador rural, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se empregador rural, para os efeitos legais, a pessoa física ou jurídica, proprietário ou não, que explore atividade agroeconômica, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou através de prepostos e com auxílio de empregados.
- (B) Equipara-se ao empregador rural, a pessoa jurídica que, habitualmente, em caráter profissional, e por conta de terceiros, execute serviços de natureza agrária, mediante utilização do trabalho de outrem. Para efeitos legais, não se considera empregador a pessoa física, mesmo que comporte as mesmas características descritas.
- (C) Nos serviços, caracteristicamente intermitentes, serão computados, como de efeito exercício, os intervalos entre uma e outra parte da execução da tarefa diária, desde que tal hipótese não esteja expressamente vedada na Carteira de Trabalho e Previdência Social.
- (D) É vedado em qualquer hipótese o trabalho rural por menores de 18 anos.

38. Com relação ao Fundo de Garantia por tempo de serviço (FGTS), assinale a alternativa correta.

- (A) Quando ocorrer despedida por força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho, o trabalhador terá direito a depósito de valor correspondente a 20% (vinte por cento) do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.
- (B) Quando ocorrer despedida por culpa recíproca, o trabalhador deixará de receber os 40% (quarenta por cento) sobre o montante dos depósitos a que teria direito na hipótese de despedida sem justa causa pelo empregador.
- (C) A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a sessenta anos.
- (D) A apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, é facultada no caso de transferência de domicílio para o exterior.

39. Nos termos da Lei Orgânica Municipal,

- (A) a Câmara Municipal reunir-se-á em Sessão Solene, em 1º (primeiro) de fevereiro do primeiro ano da legislatura para a posse de seus membros.
- (B) o Vereador que não tomar posse na Sessão prevista neste artigo, deverá fazê-lo no prazo de 2 (dois) meses, salvo motivo justo aceito pela Câmara Municipal, vedada a prorrogação.
- (C) a consulta às contas municipais poderá ser feita por qualquer cidadão, independente de requerimento, autorização ou despacho de qualquer autoridade.
- (D) cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre a definição de crimes contra os animais e a respectiva pena.

40. Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versam, entre outras hipóteses, sobre

- (A) fixação dos seus subsídios e dos subsídios do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores.
- (B) Plano Diretor.
- (C) a proteção do meio ambiente.
- (D) orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual.